

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Sabiaguaba (CGS) de 2022

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, com início às catorze horas e trinta minutos, por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS do ano de 2022, que teve como pautas: 1) Informes Gerais; 2) Apresentação e deliberação do processo nº S2022034636, o qual solicita Licença Ambiental para Atividades - LAR - Regularização. Requerente: BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR; 3) Apresentação e deliberação do processo nº S2022044555, o qual solicita Anuência Municipal para fins de Licenciamento Ambiental para Implantação do Sistema de Abastecimento de água na Sabiaguaba. Requerente: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE; 4) Deliberação do calendário de reuniões do CGS para o ano de 2023; 5) Outros assuntos de interesse. Primeiramente, Pedro Rocha (SEUMA) cumprimenta a todos os presentes, e expressa a honra em coordenar a reunião do CGS juntamente com os conselheiros, sendo esse o último encontro do ano de 2022. Em seguida, Pedro Rocha (SEUMA) dirige a palavra para Gustavo Henrique (SEUMA) para que o mesmo possa dar continuidade a reunião. Ato contínuo, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra, e realiza algumas orientações a respeito das etapas e procedimentos referentes à reunião, e na sequência, solicita que os conselheiros se manifestem a respeito da necessidade da leitura da Ata da reunião anterior, e questiona se haveria alterações a serem realizadas no documento. Posteriormente, uma vez constatado que não houve a solicitação de leitura, bem como alterações a serem realizadas, foi comunicada a aprovação do documento. Logo após, a palavra foi facultada para realização dos informes gerais e não houve nenhuma manifestação por parte dos conselheiros presentes na reunião. Aproveitando o momento, Gustavo Henrique (SEUMA) realiza informe da Coordenadoria de Políticas Ambientais, da SEUMA, acerca do andamento das tratativas, juntamente com o Governo do Estado, para conseguir um espaço no Complexo da Sabiaguaba, onde será a sede do CGS. Continuando, Gustavo Henrique (SEUMA) informa que é pretendido, com a mudança de gestão na diretoria do complexo, que sejam realizadas reuniões no mês de janeiro/2023 para deliberação acerca da petição do espaço para atendimentos da comunidade e dos conselheiros presencialmente. Sem mais informes, Gustavo Henrique (SEUMA) dirige a palavra para a equipe da requerente BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR, para apresentação do processo nº 2022034636, dando início às tratativas inerentes à segunda pauta da reunião. Em seguida, Jeneffer Xavier (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) assume a palavra, cumprimenta a todos os presentes, e inicia a explanação representando os interesses da empresa BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR, acerca da Licença Ambiental para atividades - LAR - Regularização, processo nº S2022034636. Jeneffer Xavier (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) informa que o empreendimento exerce a atividade de preservação de peixes, crustáceos e moluscos, sendo conhecido popularmente como “*Daniel do Camarão*”, e explana uma breve contextualização acerca do empreendimento, que teve suas atividades iniciadas no ano de 2012, no bairro Papicu, e a partir de 2014, no endereço atual, localizado no bairro Sabiaguaba. Em sequência, Jeneffer Xavier (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) explica que, através da atividade desenvolvida, a empresa gera 22 empregos diretos, sendo sua maior parte composta por moradores do bairro Sabiaguaba, e mais de 200 empregos indiretos por meio da venda de produtos e do vínculo com o polo gastronômico, fortalecendo o comércio local e gerando novos empregos. Logo após, Jeneffer Xavier (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) explica todo funcionamento da empresa, que consiste em: Compra do pescado; Pesagem;

44 Fracionamento; Acondicionamento; e por fim, a Comercialização. Ato contínuo, Jeneffer Xavier
45 (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) enfatiza que a empresa está a 08 anos em Sabiaguaba, e que a
46 mesma possui uma relação com os moradores locais, tendo papel atuante nas ações sociais da
47 comunidade, como: Dia das crianças; Doação de cestas básicas; Apoio ao time de futebol local;
48 Cuidado com os animais, e etc. Em sequência, Diego Fernandes (BELIZA VITORIA NORONHA
49 AGUIAR) assume a palavra, realiza esclarecimentos sobre as questões ambientais da localização do
50 empreendimento, e menciona que a empresa possui uma consulta prévia de adequabilidade deferida,
51 emitida em 15/03/2021. Dando continuidade em sua explanação, Diego Fernandes (BELIZA VITORIA
52 NORONHA AGUIAR) menciona brevemente sobre a localização do empreendimento, solos, clima e
53 vegetação, e explica que o abastecimento de água local, ocorre por meio de um poço de captação de
54 água, possuindo outorga de direito de uso. Ato contínuo, Diego Fernandes (BELIZA VITORIA
55 NORONHA AGUIAR) explica que o estabelecimento possui esgotamento sanitário através de fossa
56 séptica sumidouro. Logo após, Diego Fernandes (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) explica que
57 todo resíduo gerado na produção, é destinado para uma empresa terceirizada, que serve de matéria
58 prima para a produção de ração, e os demais resíduos são coletados para a Empresa Braslimp. Em
59 sequência, Diego Fernandes (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) explica sobre o Plano de Controle
60 Ambiental elaborado, onde foram identificados impactos ambientais provenientes das atividades,
61 sendo divididos em: impactos benéficos e adversos, sendo esses: Emissões de ruídos; Geração de
62 resíduos; Emissões atmosféricas, provenientes do caminhão e geradores; e Poluição dos recursos
63 hídricos. Logo após, Diego Fernandes (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) enfatiza as medidas
64 mitigadoras, e afirma que considera que o empreendimento possui mais impactos benéficos, do que
65 adversos, possibilitando a continuidade do processo de emissão de seu licenciamento. Considerando
66 também que o empreendimento opera a bastante tempo na região, Diego Fernandes (BELIZA
67 VITORIA NORONHA AGUIAR) afirma que a empresa possui bastante aceitação na comunidade, e
68 solicita deferimento do empreendimento. Uma vez encerrado o momento para realização da
69 apresentação, Gustavo Henrique (SEUMA) faculta a palavra para que os conselheiros realizassem as
70 suas considerações a respeito do tema. Em sequência, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra,
71 cumprimenta os presentes, e menciona que os conselheiros tiveram acesso a documentação
72 previamente, porém a apresentação é necessária para o esclarecimento de algumas dúvidas, e
73 também para que os conselheiros realizem ponderações acerca do que está sendo feito, já que o
74 conselho possui uma responsabilidade especial com as Unidades de Conservação da Sabiaguaba,
75 visando à preservação ambiental da área. Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA) explica que, de
76 acordo com o que ele leu e que foi apresentado pela requerente, a empresa já existia antes de ser
77 licenciada e que agora está buscando a regularização. Rafael Tomyama (CEPEMA) enfatiza que isso é
78 uma iniciativa positiva, e que a regularização envolve algumas responsabilidades e compromissos,
79 sendo importante a clareza e a delicadeza com o local onde o empreendimento está implantado.
80 Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA) menciona que não fica claro pelos documentos, mas fica
81 claro na apresentação, que a localização do empreendimento é dentro da faixa de praia, em uma área
82 muito próxima, tanto da Foz do Rio Cocó, como do próprio litoral. Continuando, Rafael Tomyama
83 (CEPEMA) explica que, particularmente, possui uma preocupação quanto a localização, não só do
84 lote, mas do conjunto edificado, dentro de uma área muito próxima da faixa de praia. Continuando,
85 Rafael Tomyama (CEPEMA) explica que o empreendimento é de preservação de peixes e crustáceos,
86 e que a referência não é bem adequada, pois é um empreendimento de comercialização de peixes e
87 crustáceos, que vem de outros locais, possivelmente de viveiros. Em sequência, Rafael Tomyama

88 (CEPEMA) pontua que são identificados alguns impactos ambientais, como: o esgotamento através
89 de fossa sumidouro, e enfatiza que é bastante preocupante. Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA)
90 menciona que os conselheiros deveriam ter tido conhecimento e acesso ao estudo hidrossanitário
91 existente, e explica que não entende o motivo do documento não constar no rol de documentos
92 disponibilizados para os conselheiros, impossibilitando a deliberação acerca do assunto. Em
93 sequência, Rafael Tomyama (CEPEMA) menciona que no estudo está descrito que a coleta é realizada
94 por uma empresa particular, e também por uma associação de catadores não informada, e questiona
95 sobre qual associação de catadores se refere. Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA) menciona
96 novamente a preocupação com o resíduo de peixe, pois gera uma água altamente contaminada que
97 desce pelo sistema hidrossanitário, gerando um impacto ambiental, não sendo esse o único impacto,
98 pois a empresa também possui um motor a diesel funcionando, que possivelmente é utilizado para
99 resfriamento das câmaras. Ato contínuo, Rafael Tomyama (CEPEMA) enfatiza a preocupação com o
100 empreendimento no local em que está inserido, e explica que gostaria de ter tido acesso as
101 informações que levaram a viabilização do empreendimento na região. Continuando, Rafael
102 Tomyama (CEPEMA) menciona sobre a vegetação da área, que foi referida como “vegetação
103 antropizada”, mas que é tipicamente de dunas. Rafael Tomyama (CEPEMA) explica que a área possui
104 muita vegetação, que se diz que é antropizada, mas que geralmente a área vai sendo antropizada, e
105 isso vai virando justificativa para se antropizar ainda mais. Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA)
106 informa que seria necessário verificar o plano de manejo sobre essa área, e identificar se realmente
107 essa localização é apropriada para a edificação e outras, considerando a possibilidade dela está
108 inserida na faixa de praia. Rafael Tomyama (CEPEMA) menciona que não conseguiu quantificar isso,
109 e pergunta ao empreendedor a distância que a edificação está da orla. Logo após, Gustavo Henrique
110 (SEUMA) assume a palavra, informa que a próxima inscrita é Maria Luiza (ASADOECOMUNAM), e
111 aproveita para reinterar que, sempre que for necessário, os conselheiros podem contactar por email
112 para solicitar maiores informações ou documentos que forem pertinentes para auxílio na análise. Em
113 seguida, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) assume a palavra, cumprimenta a todos, e enfatiza que o
114 empreendimento “*Daniel do Camarão*”, fortalece o comércio local, trazendo uma visibilidade
115 econômica para a Sabiaguaba. Continuando, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) explica que a maior
116 parte dos crustáceos, comercializados por Daniel, já vem lavados e preparados de outro local, e a
117 maior parte do trabalho é no embalamento do produto, que é retirado para entrega em outras
118 empresas e comércios. Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) explica que o empreendimento existe no
119 local há muitos anos, e não foi o Daniel que construiu, ele apenas comprou o local que já existia desde
120 o início da Sabiaguaba. Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) menciona que é nativa do local, de famílias
121 tradicionais, e ressalta que conhece bem a área, tendo seus pais como os primeiros moradores da
122 Sabiaguaba. Continuando, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) explica que os impactos causados pela
123 empresa, na visão de moradora do local, não possuem grande impacto, pois o Daniel não construiu o
124 empreendimento na área, ele já existia e o mesmo só realizou adaptações no empreendimento.
125 Continuando sua explanação, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) destaca que o empreendimento trás
126 muita renda e emprego para comunidade, que é bastante carente nessa área, e enfatiza também os
127 trabalhos sociais realizados pela empresa; e o emprego e renda que é gerado de forma direta e
128 indireta. Continuando, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) relata a problemática existente na
129 Sabiaguaba, em não possuir um de abastecimento de água, sendo utilizado pela comunidade, a água
130 de poço, que é tratada pelos próprios moradores com produtos químicos, com orientações de um
131 profissional, para utilização. Em seguida, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) enfatiza que deseja muito

132 que a CAGECE chegue a comunidade inteira, para terem acesso a água tratada. Maria Luiza
133 (ASADOECOMUNAM) explica que é esse mesmo processo que a empresa “Daniel do Camarão” realiza:
134 retira a água do poço, coloca em caixas d’água, e realiza o tratamento para ser utilizado
135 posteriormente nos camarões e nos peixes. Em seguida, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) informa
136 que, por mais que a empresa tenha vizinhos em uma quadra habitada, ela não afeta a vizinhança. E,
137 para finalizar, solicita ao conselho a aprovação do licenciamento, para que ele continue realizando o
138 trabalho, que tanto auxilia a comunidade, na Sabiaguaba. Posteriormente, Gustavo Henrique
139 (SEUMA) assume a palavra, agradece a Maria Luiza (ASADOECOMUNAM), e solicita aos conselheiros
140 que se atentem ao tempo de fala de 05 (cinco) minutos, cada inscrição, tendo em vista que ainda
141 temos outro pleito para ser deliberado. Logo após, dirige a palavra para o próximo inscrito. Em
142 seguida, Iury Cruz (INSTITUTO VERDELUZ) assume a palavra, cumprimenta a todos, e explica que ao
143 analisar o Plano de Manejo, não conseguiu definir onde o empreendimento se instala dentro da APA.
144 Continuando, Iury Cruz (INSTITUTO VERDELUZ) explica que o zoneamento da APA possui algumas
145 diferenciações do que é permitido ser feito ou não, dentro dessas áreas, sendo extremamente
146 importante o empreendedor colocar em sua apresentação, qual a área que o empreendimento está
147 instalado na APA. Em seguida, Iury Cruz (INSTITUTO VERDELUZ) menciona preocupação com a
148 captação de água feita pelos empreendimentos do entorno do Cocó e Sabiaguaba, pois demandam
149 uma enorme vazão de água, aumentando a intrusão marinha, e outros problemas ambientais.
150 Continuando, Iury Cruz (INSTITUTO VERDELUZ) menciona que o sistema de tratamento fossa
151 séptica, é mais utilizado em vazões pequenas, e relata que o empreendimento não informou sobre a
152 quantidade de efluentes que produz, sendo extremamente importante, principalmente por se tratar
153 de um local que é considerado uma área de dunas, pois a própria hidrologia da área vai influenciar o
154 fluxo da água, atingindo rapidamente no lençol freático. Continuando sua explanação, Iury Cruz
155 (INSTITUTO VERDELUZ) pontua a fala anterior da Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) acerca do uso
156 de água de poço, e menciona que a mesma pode chegar a ser contaminada pelo percolado do
157 efluente. Iury Cruz (INSTITUTO VERDELUZ) relata também preocupação com a produção
158 considerável de resíduos sólidos na região, e menciona a necessidade dos conselheiros terem acesso
159 ao Plano de Gerenciamento de Resíduos, para conhecimento acerca do acondicionamento do resíduo,
160 o tempo de condicionamento na empresa, e sua destinação final. Para finalizar, Iury Cruz
161 (INSTITUTO VERDELUZ) explica que o local onde o empreendimento está localizado, é passível de
162 problemáticas ambientais, principalmente por conta da ocupação, e a inserção de um
163 empreendimento no local, com a captação de muita água, a falta de um sistema de tratamento
164 adequado, e a alta produção de resíduos sólidos, é muito preocupante, e explica que, por mais que o
165 empreendimento já esteja no local a muito tempo, ele precisa se adequar, principalmente a
166 legislação. Em sequência, Márcia Perote (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) assume a palavra,
167 cumprimenta a todos e esclarece um questionamento anterior de Rafael Tomyama (CEPEMA), acerca
168 do gerador localizado no empreendimento. De acordo com Márcia Perote (BELIZA VITORIA
169 NORONHA AGUIAR), o gerador é ligado de forma esporádica, somente quando necessário, e um dos
170 pontos para obtenção da licença, é a solicitação, junto à ENEL, a alteração da potência da energia,
171 para que possa ser feita a retirada do gerador de energia. Ato contínuo, Márcia Perote (BELIZA
172 VITORIA NORONHA AGUIAR) também realiza esclarecimentos acerca da produção de resíduos, e
173 afirma que todas as empresas contratadas para destinação de resíduos sólidos, são licenciadas.
174 Márcia Perote (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) esclarece que no processo de regularização,
175 mesmo sem a presença da licença, a empresa buscou manter todos os padrões e parâmetros

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

176 possíveis, que o conselho pudesse cobrar. Logo após, Márcia Perote (BELIZA VITORIA NORONHA
177 AGUIAR) explica o empreendimento possui autorização da COGERH, válida até 2030, e para que fosse
178 dada essa autorização, o empreendimento realizou uma análise inicial da água. Márcia Perote
179 (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) explicou que o comprometimento da empresa, através de
180 condicionante da licença, é que essa análise seja feita e acompanhada pela própria SEUMA,
181 semestrais ou anuais, para que possa provar que o monitoramento está sendo feito. Para finalizar,
182 Márcia Perote (BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR) apresenta documentação referente ao Plano de
183 Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Em seguida, uma vez constatado que não havia mais inscrições
184 para esclarecimentos de dúvidas por parte dos presentes e não sendo verificadas manifestações em
185 contrário por parte dos conselheiros, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e comunica o
186 prosseguimento para a etapa de votação, na sequência realiza a chamada nominal para que as
187 instituições e órgãos representados expressassem os seus respectivos votos a respeito da pauta
188 “Apresentação e deliberação do processo nº S2022034636, o qual solicita Licença Ambiental para
189 Atividades - LAR - Regularização. Requerente: BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR”. Após apuração
190 da votação, Gustavo Henrique (SEUMA) comunica que o processo nº S2022034636, foi aprovado,
191 contando com 09 (nove) votos favoráveis, a saber: Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio
192 Ambiente – SEUMA; Secretaria Municipal da Gestão Regional – SEGER; Secretaria Municipal do
193 Turismo – SETFOR; Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG;
194 Coordenadoria Especial de Articulação Política – COEARP; Secretaria do Desenvolvimento
195 Habitacional – HABITAFOR; Procuradoria Geral do Município – PGM; Associação dos Amigos do
196 Ecomuseu Natural do Mangue – ASADOECOMUNAM; Imobiliária M. Tadeu LTDA e 03 (três) votos
197 contrários: Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente – CEPEMA;
198 Associação Boca do Golfinho – Instituto VerdeLuz; e Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/CE.
199 Após votação, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e informa que dar-se como aprovado o
200 pleito de BELIZA VITORIA NORONHA AGUIAR. Dando sequência a reunião, Gustavo Henrique
201 (SEUMA) dirige a palavra para a equipe da requerente COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ -
202 CAGECE, para apresentação do processo nº 2022044555, dando início às tratativas inerentes à
203 terceira pauta da reunião. Posteriormente, Raul Marchesi (CAGECE) assume a palavra, cumprimenta
204 a todos, e informa que iniciará a apresentação, e posteriormente passará a palavra para o projetista e
205 para a equipe ambiental. Continuando, Raul Marchesi (CAGECE) explica que a CAGECE está buscando
206 atender o novo marco do saneamento, que possui nível de atendimento de 99% de água e 90% de
207 esgoto. Raul Marchesi (CAGECE) menciona que as 220 famílias que serão atendidas, são abastecidas
208 por poços, e que proposta do projeto, é atender essas famílias através de uma ramificação do
209 macrossistema. Em sequência, Julian Cardona (CAGECE) assume a palavra, cumprimenta a todos e
210 explica que o projeto consiste em uma ampliação da rede, beneficiando famílias localizadas no bairro
211 Sabiaguaba. Julian Cardona (CAGECE) explica que, para o projeto se enquadrar na normatividade da
212 CAGECE, e também das normas brasileiras, é necessário o fornecimento de água com pressão e
213 qualidade suficientes, por isso, a interligação será feita com mais resistência, possuindo ponto de
214 injetamento, garantindo uma pressão mínima, para que a água chegue com pressão suficiente, e
215 realiza maiores esclarecimentos acerca da extensão da rede. Em sequência, Alisson Oliveira
216 (CAGECE) assume a palavra, cumprimenta a todos, e esclarece que o projeto em questão solicita
217 anuência junto ao município de Fortaleza, e que será protocolado na SEMACE. Continuando, Alisson
218 Oliveira (CAGECE) informa que a equipe, mediante os conhecimentos de obras de água e esgoto,
219 elaborou uma previsão de possíveis impactos ambientais, e ressalta que o projeto em questão ainda

220 será submetido ao órgão ambiental, cabendo ao órgão estadual, o termo de referência para avaliação
221 dos impactos. Em seguida, mediante a previsão de possíveis impactos ambientais, Alisson Oliveira
222 (CAGECE) afirma que, para cada impacto mencionado, serão asseguradas as medidas de controle.
223 Alisson Oliveira (CAGECE) também ressalta a campanha de educação ambiental e social, realizado
224 pela CAGECE, e menciona a prática, anterior a execução das obras, de visitação nas comunidades para
225 realizar maiores esclarecimentos acerca da importância da ligação ao sistema de abastecimento
226 público, pois é um investimento público, social, ambiental e de segurança, tanto para a sociedade,
227 como para o meio ambiente. Continuando sua explanação, Alisson Oliveira (CAGECE) menciona que
228 mensalmente acontece visitas às obras, e que são elaborados relatórios mensais, avaliando todos
229 os componentes ambientais: resíduos sólidos, ruídos, efluentes, e entre outros, junto com a
230 contratada, visando minimizar os efeitos da obra na população, e assim atender todos as diretrizes
231 previstas na legislação, na licença, na anuência e nos documentos correlatos com o processo. Por fim,
232 Alisson Oliveira (CAGECE) agradece a atenção, e se coloca a disposição. Uma vez encerrado o
233 momento para realização da apresentação, Gustavo Henrique (SEUMA) faculta a palavra para que os
234 conselheiros realizassem as suas contribuições e questionamentos a respeito do tema. Em seguida,
235 Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) assume a palavra, e afirma que essa solicitação da CAGECE para a
236 Sabiaguaba, irá trazer melhorias na qualidade de vida da comunidade local, e espera que no ano de
237 2023, que a comunidade consiga o mérito de ter a CAGECE na região. Logo após, Rafael Tomyama
238 (CEPEMA) assume a palavra, e afirma que entende que o Governo do Estado possui como método,
239 em seus órgãos, a ideia de que só quem pode licenciar suas obras é a SEMACE, o que considera
240 lamentável, pois já não é a primeira obra em que o governo solicita à prefeitura anuência para que o
241 licenciamento não seja feita por ela, e a prefeitura abre mão do seu direito legítimo de licenciamento
242 para conceder a SEMACE. Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA) esclarece que o que impressiona,
243 não é o fato de que a SEMACE elabore o licenciamento de acordo com a legislação que ela considera
244 apropriada, que é essencialmente a legislação estadual, porém existe uma legislação municipal que
245 trata de todo funcionamento e da existência da unidade de conservação, que é o plano de manejo.
246 Continuando sua explanação, Rafael Tomyama (CEPEMA) menciona que têm visto os pareceres da
247 SEUMA, e fica impressionado como o órgão licenciador desconsidera totalmente o plano de manejo
248 no resultado dos pareceres, sendo sequer mencionado. Rafael Tomyama (CEPEMA) ressalta que se
249 trata de uma obra em uma área limdeira e dentro do próprio Parque Natural das Dunas da
250 Sabiaguaba, tendo um resultado, um significado e um impacto, e questiona como a construção dessa
251 edificação vai passar sem observar esses parâmetros. Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA)
252 ressalta que isso ocorre devido o ente municipal abrir mão de sua prerrogativa, e afirma que isso é
253 um desserviço à causa ambiental, e questiona qual a razão pelo qual essa obra não pode ser
254 licenciada pela prefeitura, não havendo nenhuma justificativa, nos documentos apresentados, pra
255 que a prefeitura não licencie a obra, e o conselho gestor não possa ter o acompanhamento e
256 fiscalização do processo dentro da área de gestão que é responsável, que são as Unidades de
257 Conservação da Sabiaguaba. Para finalizar, Rafael Tomyama (CEPEMA) esclarece que está
258 antecipando a informação sobre o seu voto contrário a anuência, e enfatiza não é contrário a obra,
259 pois considera a obra necessária e importante, mas sim a anuência, pois acredita ser desnecessária
260 pois deveria ser dada pela prefeitura e pelo Conselho Gestor das Unidades de Conservação da
261 Sabiaguaba.
262

263 Logo após, Alisson Oliveira (CAGECE) assume a palavra, e explica que a CAGECE, como interessada,
264 segue os ritos da legislação prevista, e informa que a SEUMA indeferiu o processo da anuência, pois
265 alegou que não tinha competência para licenciar. Continuando sua explanação, Alisson Oliveira
266 (CAGECE) informa que a rede será abastecida por um sistema que abastece toda a cidade de
267 Fortaleza, um macrossistema de abastecimento de água, e esse macrossistema ele é licenciado pela
268 SEMACE, por conta disto, a CAGECE submeteu a SEUMA o mapa com toda rede de Fortaleza e
269 explicou que esse projeto da Sabiaguaba iria integrar ao macrossistema. Em sequência, Alisson
270 Oliveira (CAGECE) informa que a SEUMA analisou o pleito, e depois da análise interna, disse que o
271 projeto deveria passar por apreciação do conselho, para pedido de anuência. Alisson Oliveira
272 (CAGECE) explica que sem a anuência, a CAGECE não tem como solicitar licença, não tem como
273 licitar, pois precisa licitar o empreendimento com a licença ambiental, e obviamente não têm como
274 viabilizar o início da obra. Para finalizar, Alisson Oliveira (CAGECE) explica que quando se fala de
275 sistema de abastecimento de água, é uma rede de interação processual, de processos operacionais, e
276 é por isso que não foi uma licença pontual, mas sim interligada a um processo que já existe. Em
277 seguida, Raphael Pires (IAB/CE) assume a palavra, cumprimenta a todos, e para iniciar, menciona a
278 fala de Rafael Tomyama (CEPEMA). Logo após, Raphael Pires (IAB/CE) informa que irá realizar
279 algumas ponderações, e direciona para os conselheiros presentes, para o requerente e para a própria
280 secretaria. Continuando, Raphael Pires (IAB/CE) menciona que não sabe se é viável, e sugere a
281 possibilidade de se ter a anuência mediante a alguns condicionantes. Raphael Pires (IAB/CE) informa
282 que, enquanto conselheiro, está buscando estratégias, e enfatiza que o Instituto de Arquitetos não é
283 contrário a CAGECE levar o abastecimento de água para a comunidade e região, porém, algumas
284 circunstâncias que já ocorrem na área hoje, podem ser um alerta, inclusive para a própria secretaria.
285 Continuando, Raphael Pires (IAB/CE) explica que a condicionante mencionada, se refere a: Avaliação
286 ambiental; todos os condicionantes com relação ao que está sendo ponderado para ser feito depois;
287 Anuência e avaliação do IPHAN; e a liberação e os relatórios de impactos precisos, necessários para o
288 licenciamento. Logo após, Raphael Pires (IAB/CE) sugere que a anuência fosse dada, atrelada a esse
289 condicionante da apresentação desses, como se fosse uma prévia para o início da execução das obras.
290 Raphael Pires (IAB/CE) menciona não saber se isso seria possível, e questiona o setor jurídico da
291 SEUMA sobre essa possibilidade. Ato contínuo, Raphael Pires (IAB/CE) explica que o conselho já
292 passou por essa situação, e que pode acontecer o mesmo ciclo, como aconteceu com a rodovia.
293 Continuando, Raphael Pires (IAB/CE) menciona que surgem demandas relacionadas a mesma, o
294 conselho aprova devido a necessidade de tráfego, e que, na hora de executar, chega ação do
295 Ministério Público. Continuando, Raphael Pires (IAB/CE) explica que, enquanto conselho
296 deliberativo, para evitar condicionantes que possuem sobreposição jurídica, o conselho se antecipe.
297 Raphael Pires (IAB/CE) explica que, a sua sugestão enquanto representante do Instituto Brasileiro de
298 Arquitetos, é que os conselheiros tentem criar uma possibilidade, se é viável, de autorizar a
299 condicionante mediante anterior a execução das obras, que a CAGECE apresente para o conselho as
300 documentações que, de fato, foram implementadas, aprovadas e justificadas dentro do processo de
301 licenciamento. Raphael Pires (IAB/CE) explica que isso evitaria com que o Ministério Público entre,
302 mais na frente, para suspender o empreendimento, e que a comunidade seja afetada pela não
303 liberação e não acesso ao abastecimento de água. Raphael Pires (IAB/CE) também reforça a fala de
304 Rafael Tomyama (CEPEMA), no sentido de achar pertinente que o órgão municipal tivesse
305 participação mais efetiva, e menciona que se o rito burocrático não for viável, sugere a condicionante,
306 antecipando seu posicionamento e o voto do IAB/CE, que seria pertinente a aprovação da anuência,

307 mediante a condicionante: Antes do início da execução do serviço, a CAGECE apresente os resultados,
308 para inclusive evitar o que ocorre com a rodovia. Alisson Oliveira (CAGECE) assume a palavra, e
309 explica que a CAGECE seguirá o rito administrativo do órgão ambiental, onde o mesmo irá analisar o
310 processo e o tipo de estudo, que será definido pelo órgão estadual. Continuando, Alisson Oliveira
311 (CAGECE) esclarece que a CAGECE está à disposição, e informa que as obras são visitadas
312 mensalmente por uma equipe ambiental exclusiva para isso. Alisson Oliveira (CAGECE) explica que a
313 execução de uma obra de rede de água é diferente, diante de outras obras de infraestrutura. Alisson
314 Oliveira (CAGECE) frisa que esse empreendimento também tem interferência na unidade de
315 conservação estadual, e que quando possui interferência estadual, o órgão ambiental licencia. Por
316 fim, Alisson Oliveira (CAGECE) enfatiza que o que for descrito na anuência, e o que for requerido pelo
317 órgão estadual, a CAGECE está à disposição para atender. Alisson Oliveira (CAGECE) esclarece que
318 espera a solicitação de estudo pela SEMACE, que será cumprido e entregue todos os relatório de
319 controle ambiental, e executá-los, pois além de tudo, são fiscalizados por agências reguladoras e
320 agências de fomento. Raphael Pires (IAB/CE) assume a palavra mais uma vez, e menciona que, ciente
321 da própria palavra, e da fala do Alisson Oliveira (CAGECE), solicita que constasse na solicitação de
322 anuência, como um dos condicionantes, a apresentação dos resultados com relação aos impactos,
323 antes do início das obras, e solicita que seja colocada em pauta, caso não seja possível colocar
324 diretamente. Logo após, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra, e explica que, como a própria
325 CAGECE se manifestou acerca do retorno, de que irá realizar todo o rito adequado junto à SEMACE, e
326 que toda a documentação vai estar disponível, é necessário somente que o conselheiro Raphael Pires
327 (IAB/CE) solicite que entre como pauta, para que entre como condicionante, de fato. Após solicitação
328 do conselheiro Raphael Pires (IAB/CE), e uma vez constatado que não havia mais inscrições para
329 esclarecimentos de dúvidas por parte dos presentes e não sendo verificadas manifestações em
330 contrário por parte dos conselheiros, Gustavo Henrique (SEUMA) assume a palavra e comunica o
331 prosseguimento para a etapa de votação, na sequência realiza a chamada nominal para que as
332 instituições e órgãos representados expressassem os seus respectivos votos a respeito da pauta
333 “Apresentação e deliberação do processo nº S2022044555, o qual solicita Anuência Municipal para
334 fins de Licenciamento Ambiental para Implantação do Sistema de Abastecimento de água na
335 Sabiaguaba. Requerente: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE”. Após apuração da
336 votação, Gustavo Henrique (SEUMA) comunica que a condicionante do processo nº S2022044555, foi
337 aprovada, contando com 07 (sete) votos favoráveis à inclusão da condicionante à anuência, a saber:
338 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG; Procuradoria Geral do
339 Município – PGM; Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia da Abreulândia – ACOMPA;
340 Associação dos Amigos do Ecomuseu Natural do Mangue – ASADOECOMUNAM; Fundação Cultural
341 Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente – CEPEMA; Associação Boca do Golfinho/Instituto
342 VerdeLuz; Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/CE; e 06 (seis) votos contrários à inclusão da
343 condicionante à anuência: Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA; Secretaria
344 Municipal da Gestão Regional – SEGER; Secretaria Municipal do Turismo – SETFOR; Coordenadoria
345 Especial de Articulação Política – COEARP; Secretaria do Desenvolvimento Habitacional –
346 HABITAFOR; Imobiliária M. Tadeu LTDA. Continuando, Gustavo Henrique (SEUMA) comunica que a
347 anuência do processo também foi aprovada, contando com 12 (doze) votos favoráveis, a saber:
348 Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA; Secretaria Municipal da Gestão
349 Regional – SEGER; Secretaria Municipal do Turismo – SETFOR; Secretaria Municipal de
350 Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG; Coordenadoria Especial de Articulação Política –

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

351 COEARP; Secretaria do Desenvolvimento Habitacional – HABITAFOR; Procuradoria Geral do
352 Município – PGM; Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia da Abreulândia – ACOMPA;
353 Associação dos Amigos do EcoMuseu Natural do Mangue – ASADOECOMUNAM; Associação Boca do
354 Golfinho/Instituto VerdeLuz; Imobiliária M. Tadeu LTDA; Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/CE
355 e 01 (um) voto contrário: Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente –
356 CEPEMA. Ato contínuo, Gustavo Henrique (SEUMA) informa que está deliberado a Anuência
357 Municipal para fins de Licenciamento Ambiental da Implantação do Sistema de Abastecimento de
358 água na Sabiaguaba. Requerente: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE, com as
359 condicionantes colocadas pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/CE. Logo após, Alisson
360 Oliveira (CAGECE) assume a palavra, agradece a atenção de todos, e reforça que a CAGECE seguirá os
361 ritos determinados pelo órgão ambiental, estando à disposição dos conselheiros. Dando continuidade
362 à reunião, Gustavo Henrique (SEUMA) inicia deliberação a respeito do calendário de reuniões do CGS
363 para o ano de 2023, e explica que a sistemática foi seguida, de que as reuniões ocorrem às quintas-
364 feiras, de modo bimensal, e apresenta o indicativo de datas. Não havendo nenhuma manifestação por
365 parte dos conselheiros, Gustavo Henrique (SEUMA) informa que dar-se como aprovado o calendário
366 prévio de reuniões do CGS 2023, que será disponibilizado posteriormente para os conselheiros. Em
367 seguida, Gustavo Henrique (SEUMA) dá início a outra pauta “Outros assuntos de interesse”, e convida
368 aos presentes a comparecerem na inauguração do Centro de Memória Raízes da Sabiaguaba, e do
369 Bosque de Lazer Rozimar. Logo após, Raphael Pires (IAB/CE) assume a palavra, e agradece a
370 oportunidade em participar do Conselho Gestor da Sabiaguaba, e espera ter colaborado de alguma
371 forma. Continuando, Raphael Pires (IAB/CE) comunica que, a partir do próximo ano, infelizmente
372 não poderá estar tão próximo do conselho, e nas devidas ordens, o Presidente irá demandar um novo
373 nome para representação. Por fim, Raphael Pires (IAB/CE) agradece novamente, e deseja felicitações
374 a todos. Em sequência, Rafael Tomyama (CEPEMA) assume a palavra, e propõe ao conselho que seja
375 discutido, detidamente, o documento que foi enviado pela Secretaria de Obras Públicas – SOP, do
376 Governo do Estado, com informações acerca de obras da retirada de areia de dunas que estão
377 recobrando uma estrada construída lindeira a duna da Sabiaguaba, e explica que, ao que parece, esse
378 assunto vem sendo tratado pela SEUMA, junto ao conselho, apenas como ponto de informe. Rafael
379 Tomyama (CEPEMA) afirma que ficou surpreso com as imagens, e com o relato que consta na última
380 documentação enviada pelo Governo do Estado, com informações sobre a retirada de areia e a
381 deposição dessa areia em outro local, que é uma área designada no Plano de Manejo como sendo uma
382 área de recuperação. Continuando sua explanação, Rafael Tomyama (CEPEMA) explica que a estrada
383 foi construída ao arrepio da lei, ilegalmente, com anuência do conselho e licenciada pela SEMACE em
384 um local onde ela não deveria estar, passando dentro da área do parque e corrompendo a duna.
385 Continuando, Rafael Tomyama (CEPEMA) menciona a posição do conselho relacionado a construção
386 da rodovia, e explica que houve um gasto imenso de despesa pública para construção da estrada, e
387 agora para lidar com a questão, colocando a situação, no documento, de forma invertida, como se a
388 duna tivesse encoberto a estrada, sendo que a estrada foi construída em um local errado. Rafael
389 Tomyama (CEPEMA) relata a gravidade da situação, pois estão retirando o sedimento, da
390 movimentação da duna, levando para outro lugar, desmontando a duna da Sabiaguaba. Rafael
391 Tomyama (CEPEMA) informa que é preciso denunciar esse ato, e necessário que a sociedade
392 cearense, tenha conhecimento do crime ambiental que está sendo cometido na Sabiaguaba, e afirma
393 que o conselho não pode se omitir, devendo ser convocado a representação da SOP para realizarem
394 explicações acerca das obras realizadas na rodovia, e sugere que a reunião deveria acontecer na

395 própria Sabiaguaba, com visitação *in loco*, para que sejam tomadas as devidas providência em relação
396 a isso. Em sequência, Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) assume a palavra, enfatiza a fala de Rafael
397 Tomyama (CEPEMA), e afirma que também fica indignada com a situação ocorrida na Sabiaguaba,
398 pois as máquinas estão destruindo a duna, que já diminuiu seu volume e tamanho. Maria Luiza
399 (ASADOECOMUNAM) também menciona que falta fiscalização no local, e também consciência
400 ambiental, não só relacionada a duna, como também as construções ilegais, e outros crimes
401 ambientais: retirada de mata nativa, retirada de areia de dunas, carros trafegando nas dunas,
402 poluição sonora e outras pontuações pertinentes referente a falta de fiscalização na área. Por fim,
403 Maria Luiza (ASADOECOMUNAM) agradece as palavras de Rafael Tomyama (CEPEMA) em defesa da
404 Sabiaguaba, mas existem outros crimes ambientais acontecendo na área diariamente, causando
405 indignação pela falta de fiscalização. Em seguida, Gustavo Henrique (SEUMA) agradece aos
406 conselheiros pelas colocações, e repassa a palavra para o Secretário Pedro Rocha (SEUMA) realizar o
407 encerramento da reunião. Em seguida, Pedro Rocha (SEUMA) assume a palavra, agradece as
408 pontuações dos conselheiros, e informa que irá conversar com a secretária Luciana Lobo (SEUMA), e
409 solicita ao Gustavo Henrique (SEUMA), que o mesmo elabore um ofício para encaminhar para a
410 AGEFIS, no Reclame, para que a mesma possa se posicionar e trazer na próxima reunião do conselho,
411 uma resposta acerca dos problemas mencionados. Continuando, Pedro Rocha (SEUMA) informa que
412 irá repassar para a secretária Luciana Lobo (SEUMA), o encaminhamento do conselheiro Rafael
413 Tomyama (CEPEMA), para ser convocado o órgão estadual, para prestar os devidos esclarecimentos,
414 ficando como pauta para a próxima ordinária, a ser deliberado pelo conselho. Para finalizar, Pedro
415 Rocha (SEUMA) agradece, em nome da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, a participação
416 ativa dos conselheiros, que investem uma parte do tempo, na defesa de um importante ecossistema
417 da nossa cidade, e do planeta. Em seguida, Pedro Rocha (SEUMA) coloca como encaminhamento para
418 a próxima reunião ordinária do CGS, a apresentação do planejamento do processo de revisão do
419 Plano Diretor de Fortaleza, e enfatiza que esse é o documento mais importante para os usos da
420 cidade, depois da Lei Orgânica. Por fim, uma vez finalizadas as tratativas e não havendo mais
421 pronunciamentos pelos presentes, Pedro Rocha (SEUMA) agradece a participação de todos e
422 comunica o encerramento da reunião. Sem mais, eu, Aídee Araújo de Oliveira, Secretária Executiva do
423 CGS, finalizo a presente ATA.

424
425 Estiveram presentes representantes de 13 instituições, totalizando 14 conselheiros:
426

Instituição		Representante
01	SEUMA	Pedro César da Rocha Neto (Suplente)
02	SEGER	Ítalo Alves de Andrade (Titular)
03	SETFOR	Thays Lima Vieira (Suplente)
04	SEPOG	Rosângela de Albuquerque e Silva (Suplente)
05	COEARP	Francisco Hélio Ximenes Pontes (Titular)
06	HABITAFOR	Cristiane Vieira dos Santos (Titular)
07	PGM	Denise Barbosa Sobreira (Suplente)
08	ACOMPA	Ana Maria de Oliveira Gois (Titular)
09	ASADOECOMUNAM	Maria Luiza Sousa Silva (Titular)

**Urbanismo e
Meio Ambiente**

10	CEPEMA	Rafael Tomyama Toledo (Suplente)
11	INSTITUTO VERDELUZ	Iury Cruz Leite (Titular)
12	INSTITUTO VERDELUZ	Carlos Henrique Alves Tavares (Suplente)
13	IMOBILIÁRIA M. TADEU LTDA	Felipe Gomes Cavalcante (Suplente)
14	IAB/CE	Raphael Pires de Souza (Titular)

427

428 A reunião contou ainda com demais participantes:

429

Órgão/Instituição/Entidade		Representante
01	SEUMA	Gustavo Henrique Macedo Rocha
02	SEUMA	Mateus da Silva Bezerra
03	SEUMA	Aidee Araujo de Oliveira
04	SEUMA	Adriane Melo
05	SEUMA	Priscila Lima
06	SEUMA	Raquel do Vale
07	SEUMA	Thais Braga
08	SEUMA	Yana Beltrão
09	SEUMA	Yane Alves
10	SEUMA	Atson Leles
11	SEUMA	Brenno Douglas
12	SEUMA	Leonardo Garcez
13	SEUMA	Lívia Holanda
14	SEUMA	Ivan Carvalho
15	SEUMA	Márcia Tatiane Cavalcante
16	SEUMA	Veronica Machado
17	CAGECE	Alisson Oliveira
18	CAGECE	Julian Cardona
19	CAGECE	Raul Marchesi
20	BELIZA VITÓRIA N. AGUIAR	Beliza Aguiar
21	BELIZA VITÓRIA N. AGUIAR	Daniel do Camarão
22	BELIZA VITÓRIA N. AGUIAR	Jeneffer Xavier
23	BELIZA VITÓRIA N. AGUIAR	Diego Fernandes
24	BELIZA VITÓRIA N. AGUIAR	Márcia Perote
25	PGM	Fernanda Diógenes
26	PÚBLICO EXTERNO	Felipe Cavalcante
27	PÚBLICO EXTERNO	Francisco Evilyn
28	PÚBLICO EXTERNO	Kalul Silvino
29	PÚBLICO EXTERNO	Kelson Rodrigues
30	PÚBLICO EXTERNO	Davi de Alencar
31	PÚBLICO EXTERNO	Maria Julia
32	PÚBLICO EXTERNO	Sandra Freitas

430

431 Das instituições ausentes, foi apresentada prévia justificativa por parte da Coordenadoria de
432 Biodiversidade – COBIO/SEMA: Paulo César Ferreira de Lira (Titular); Universidade Federal do
433 Ceará – UFC: Antônio Jeovah de Andrade Meireles (Titular) e Francisca Soares de Araújo (Suplente).

434

435 Relação dos representantes ausentes na reunião que não apresentaram prévia justificativa: Câmara
436 Municipal de Fortaleza – CMFor: Vereadora Cláudia Gomes (Titular) e Vereador Bruno Mesquita
437 (Suplente); Associação Náutica Desportiva da Abreulândia – ANDA: Vinícius Mentges de Almeida
438 (Titular); Associação dos Moradores e Amigos da Gereberaba – AMAG: Josivan Moreira Alves
439 (Titular) e Adriana Alves Pereira (Suplente); Universidade Estadual do Ceará – UECE: Patrícia
440 Limaverde Meireles (Titular) e Vaneicia dos Santos Gomes (Suplente).

441

442

443

Fortaleza, 05 de janeiro de 2023.

444

445

Aidee Araújo de Oliveira
Secretária Executiva do CGS

446

447

448 Ata aprovada em reunião realizada no dia 15/05/2023.